

Cresce expectativa por renúncia de senadores

Medida parece ser a única alternativa de ACM e Arruda para manter direitos políticos

RENATA GIRALDI
e TÂNIA MONTEIRO

BRASÍLIA – Parlamentares de todos os partidos têm a certeza de que a renúncia é a única alternativa dos senadores Antonio Carlos Magalhães (PFL-BA) e José Roberto Arruda (sem partido-DF) para manter os direitos políticos. A avaliação unânime é de que, diante da pressão da opinião pública, dificilmente o Senado deixará de cassar os dois, caso a proposta seja levada à votação. O primeiro passo para isso é o Conselho de Ética aprovar o relatório do senador Roberto Saturnino Braga (PSB-RJ) na quarta-feira e encaminhar à Mesa Diretora da Casa pedido de abertura de processo de perda de mandato.

Pelo regimento do Senado, a renúncia só é possível enquanto a Mesa não abrir o processo de cassação. Para ter certeza, o presidente do Senado, Jader Barbalho (PMDB-PA), já solicitou parecer à Advocacia da Casa sobre até quando os dois poderiam renunciar sem risco de perder seus direitos políticos.

Líderes partidários acreditam que ACM renunciará para assumir uma posição de herói diante da população baiana. "Ele dirá que renunciou para fugir de um 'julgamento tendencioso' pois só os baianos seriam 'isentos' com ele", apostou um político experiente. Já Arruda não terá alternativa a não ser seguir o mesmo caminho, sem o heroísmo.

Os parlamentares que acreditam que a cassação é inevitável mencionam como prova disso o fato de que os principais partidos são a favor de que o relatório de Saturnino tenha votação aberta, como decidiu o presidente do conselho, Ramez Tebet (PMDB-MS). A idéia é contestada basicamente pelos aliados de ACM e Arruda. "Tebet tomou uma decisão de forma autocrática, eu não aceito, manifestei-me e vou continuar protestando", disse ontem o senador Waldeck Ornelas (PFL-BA), de forma indignada.

A oposição considerou a votação aberta uma vitória e garantiu certa de que a maioria dos 16 integrantes do conselho vai votar com o relator, aprovando a abertura do processo de perda de mandato. Uma votação secreta permitiria aos aliados

de ACM e Arruda negociar com senadores indecisos sem o constrangimento de expô-los à opinião pública. "Não há o que decidir sobre a questão da votação aberta simplesmente porque já deliberei a respeito ontem (anteontem)", disse Tebet. "Será aberto e ponto final."

Suplente – Na quarta-feira, antes de começar a votação, ele anunciará se Arruda pode ou não votar no conselho. Pela tese do senador Antero Paes de Barros (PSDB-MS) – seu suplente e favorável à cassação –, Arruda perderia a vaga porque faltou a seis sessões consecutivas sem justificativas. Anteontem, Arruda apresentou atestado médico à Mesa, justificando as ausências. Só que nos dias em que faltou ao conselho, estava presente nas sessões do Senado.

Arruda não conseguiu manter a pose ao cruzar nos corredores do Senado com Saturnino e outro aguerrido inquisidor, Jefferson Péres (PDT-AM). Para o colega do Amazonas, acenou timidamente. Mas passou direto pelo relator, como se não o tivesse visto. "O relatório foi muito bem-elaborado, a conclusão que é ruim", comentou. "Estou com a consciência tranquila e acredito que a maior parte dos membros do conselho vai apoiar meu relatório", afirmou Saturnino.

A informação de que uma empreiteira baiana (de propriedade de ACM) teria pago R\$ 500 mil a Nabor Júnior (PMDB-AC), com a garantia de que receberia mais R\$ 500 mil se votasse contra a cassação de ACM, virou tema de discussão no plenário do Senado ontem. "Isso é uma indignidade comigo, jamais fui procurado pelo senador Antonio Carlos, ou por gente ligada a ele, para pedir ou oferecer qualquer coisa", rebateu Nabor. "Não tenho compromisso de votar com ninguém, meu compromisso é com minha consciência."

Integrantes do PMDB disseram que a suposta denúncia teria origem num acordo entre o PT e ACM. Segundo eles, o petista contribuiu para eleger o governador do Acre, Jorge Viana (PT), e agora estaria querendo garantir o apoio do principal adversário petista na região. A acusação provocou discursos e apartes. Marina Silva (PT-AC), rival de Nabor, defendeu o colega, rebateu as acusações. Eduardo Suplicy (PT-SP) fez o mesmo, enquanto ACM estendeu-se no discurso, afirmando que essas acusações eram "levianas e indignas".

P RINCIPAIS

PARTIDOS
APÓIAM
VOTO ABERTO

A informação de que uma empreiteira baiana (de propriedade de ACM) teria pago R\$ 500 mil a Nabor Júnior (PMDB-AC), com a garantia de que receberia mais R\$ 500 mil

se votasse contra a cassação de ACM, virou tema de discussão no plenário do Senado ontem. "Isso é uma indignidade comigo, jamais fui procurado pelo senador Antonio Carlos, ou por gente ligada a ele, para pedir ou oferecer qualquer coisa", rebateu Nabor. "Não tenho compromisso de votar com ninguém, meu compromisso é com minha consciência."

Integrantes do PMDB disseram que a suposta denúncia teria origem num acordo entre o PT e ACM. Segundo eles, o petista contribuiu para eleger o governador do Acre, Jorge Viana (PT), e agora estaria querendo garantir o apoio do principal adversário petista na região. A acusação provocou discursos e apartes. Marina Silva (PT-AC), rival de Nabor, defendeu o colega, rebateu as acusações. Eduardo Suplicy (PT-SP) fez o mesmo, enquanto ACM estendeu-se no discurso, afirmando que essas acusações eram "levianas e indignas".